



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social: Formação Profissional do/a Assistente Social

Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: tensões na formação profissional no contexto de intensificação do trabalho docente

Melissa Ferreira Portes¹
Eduardo Vinicius Toledo da Silva Duarte²
Heloisa Lopes de Jesus³
Maria Eduarda Santos Batista⁴
Giuliana de Assis Furtado⁵

Resumo: A supervisão acadêmica de estágio configura-se como atividade possibilitadora da mediação entre fundamentos teórico-metodológicos, direção ético-política e dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Contudo, na universidade pública contemporânea, marcada pela intensificação do trabalho docente, precarização de vínculos e racionalização de recursos, essa função enfrenta limitações objetivas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, articulou revisão bibliográfica e investigação empírica com supervisores/as acadêmicos/as das IES públicas do Paraná. Os dados evidenciam que a intensificação da jornada e a fragmentação do tempo pedagógico rebatem na organização da supervisão, influenciando sua qualidade formativa e reforçando a necessidade de enfrentar as determinações estruturais do trabalho docente.

Palavras-Chave: Supervisão acadêmica; Trabalho docente; Precarização; Formação profissional; Universidade Pública.

Abstract: Academic internship supervision is configured as an activity that mediates the relationship between the theoretical-methodological foundations, the ethical-political direction, and the technical-operative dimension of Social Work. However, in the contemporary public university, marked by the intensification of teaching work, precarious employment ties, and the rationalization of resources, this function faces objective limitations. The research, with a qualitative approach, articulated a bibliographic review and an empirical investigation with academic supervisors from public HEIs in Paraná. The data indicate that the intensification of workload and the fragmentation of pedagogical time affect the organization of supervision, influencing its formative quality and reinforcing the need to confront structural determinations of teaching work.

Keywords: Academic supervision; Teaching work; Precariousness; Professional training; Public university.

¹Docente do curso de Graduação em Serviço Social e Pós-Graduação *strictu sensu* em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, Pr. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pr e Doutora em Serviço Social e Política Social pela UEL, melissaportes@uel.br

²Discente do 4º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Pr, eduardo.toledo@uel.br

³Assistente Social, discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, PR e Bacharela em Serviço Social, heloisa.lopes.jesus2002@gmail.com

⁴Discente do 4º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Pr, maria.eduarda.santos4@uel.br

⁵Discente do 3º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, PR, giulianassis.f@uel.br



INTRODUÇÃO

A supervisão acadêmica de estágio constitui um dos pilares estruturantes da formação em Serviço Social, por se configurar como espaço privilegiado, ainda que não exclusivo, de mediação entre fundamentos teórico-metodológicos, direção ético-política e a dimensão técnico-operativa da profissão. No entanto, no contexto contemporâneo de reconfiguração da universidade pública, marcado pela intensificação do trabalho docente, expansão de vínculos precários, racionalização de recursos e centralidade de métricas produtivistas, essa atribuição privativa tem sido progressivamente tensionada e, em determinados aspectos, esvaziada de suas condições objetivas de realização.

Parte-se, neste artigo, da tese de que há um descompasso estrutural entre o papel formativo atribuído à supervisão acadêmica no plano normativo e político-pedagógico do Serviço Social e as condições concretas sob as quais ela é efetivamente desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais do Paraná. Tal descompasso não se reduz a dificuldades operacionais ou organizativas, mas expressa determinações mais amplas que atravessam o trabalho docente na universidade pública contemporânea e incidem diretamente sobre a direção social da formação profissional.

O texto apresenta resultados parciais de pesquisa vinculada a um Grupo de Pesquisa da área de Serviço Social⁶, com ênfase na Formação e no Trabalho Profissional, cujo objetivo é analisar as condições objetivas de trabalho dos/as supervisores/as acadêmicos/as dos cursos de Serviço Social das IES públicas estaduais do Paraná, evidenciando os rebatimentos dessas condições na organização e operacionalização da supervisão acadêmica de estágio. Ao problematizar tais condições, busca-se compreender em que medida a intensificação da jornada, a fragmentação do tempo pedagógico, a precarização dos vínculos e a desigual distribuição de responsabilidades comprometem a densidade crítica da supervisão.

A supervisão acadêmica é reconhecida não apenas pela sua natureza pedagógica, mas como trabalho inserido na divisão sociotécnica do trabalho universitário, submetido às mesmas determinações que incidem sobre o conjunto do trabalho docente. Assim, as limitações observadas na organização do estágio supervisionado são apreendidas como mediações de um processo mais amplo de reestruturação do ensino superior público, no qual a lógica gerencial e a racionalidade produtivista tendem a subordinar o tempo formativo às exigências de desempenho e eficiência.

⁶ Esta pesquisa (2024-2026) é uma extensão do estudo pós-doutoral desenvolvido pela coordenadora do projeto no período de abril a setembro de 2024. Em sua segunda fase, a coleta e análise dos dados contam com a imprescindível colaboração de um corpo discente composto por graduandos e mestrandos em Serviço Social, responsáveis pela sistematização do material empírico.



Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio da articulação entre procedimentos teóricos e empíricos. Na etapa teórica, realizou-se revisão de literatura com base em artigos publicados em periódicos brasileiros da área de Serviço Social, classificados nos estratos *Qualis* A1 a A4, no período de janeiro de 2020 a abril de 2024, utilizando-se os descritores estágio supervisionado, supervisão de estágio, condições objetivas de trabalho e precarização do trabalho. Essa revisão permitiu situar o debate no interior das transformações contemporâneas do trabalho docente e da formação profissional.

A etapa empírica foi desenvolvida em duas fases. A primeira consistiu na aplicação de formulário eletrônico (*Google Forms*) a docentes que atuaram nos cursos presenciais de Serviço Social das IES públicas estaduais do Paraná no ano de 2023. O instrumento foi encaminhado a 41 docentes, obtendo-se retorno de 28 formulários preenchidos (aproximadamente 69% do total), percentual que confere consistência ao conjunto investigado. A segunda fase envolveu a realização de grupo focal⁷ com seis supervisores/as acadêmicos/as vinculados/as a cinco das sete instituições públicas estaduais que ofertam o curso no estado, possibilitando aprofundar a compreensão acerca dos rebatimentos das condições de trabalho na organização e operacionalização da supervisão acadêmica.

A análise dos dados foi orientada pela perspectiva crítico-dialética, buscando apreender as determinações estruturais e suas mediações particulares no interior das instituições investigadas. O texto será estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discute-se a docência universitária e a supervisão acadêmica em Serviço Social no contexto da precarização do trabalho. Na segunda seção apresentam-se especificamente os resultados referentes ao eixo analítico do processo de coleta de dados que descreve: a) o número de estagiários/as por supervisor/a; b) tempo de exercício da supervisão acadêmica; c) a carga horária destinada à supervisão; d) organização institucional da carga horária; e) modalidades de realização da supervisão acadêmica.

Ao sustentar que as condições objetivas de trabalho incidem diretamente sobre a densidade formativa da supervisão acadêmica, este estudo reafirma que a defesa do estágio supervisionado como eixo estruturante da formação em Serviço Social exige enfrentar as determinações materiais que conformam o trabalho docente na universidade pública. Caso contrário, corre-se o risco de naturalizar um processo gradual de esvaziamento de um componente curricular fundamental do projeto de formação profissional de assistentes sociais.

⁷ O grupo focal foi realizado em agosto de 2024, por meio da plataforma digital Google Meet, contando com a participação de (06) seis supervisores/as acadêmicos/as, vinculados/as a (05) cinco instituições de ensino superior, das 07 (sete) existentes no Estado do Paraná que ofertam o curso de Serviço Social.



DESENVOLVIMENTO

1.1. A docência universitária e a intensificação do trabalho dos/as supervisores/as acadêmicos/as de estágio em Serviço Social

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho, impulsionadas pelas estratégias de reprodução do capital em sua fase de reestruturação produtiva, têm provocado impactos profundos e contraditórios nas condições e relações laborais em diferentes segmentos profissionais. Esse processo, intensificado a partir da crise estrutural do capital, redefine as formas de organização do trabalho, ampliando a exploração, flexibilizando direitos e aprofundando processos de precarização, conforme amplamente analisado por Antunes (2009). Trata-se de um movimento que extrapola o âmbito produtivo estrito e alcança também o setor de serviços, o trabalho intelectual e as políticas sociais.

No âmbito da educação superior, essas transformações expressam-se de maneira particular por meio da intensificação do trabalho docente, da ampliação das exigências institucionais e da consolidação de formas precarizadas de organização do trabalho acadêmico. A universidade passa a ser progressivamente reconfigurada segundo parâmetros empresariais, orientados pela lógica da eficiência, da produtividade e da competitividade, em consonância com a hegemonia do neoliberalismo e com a adoção de modelos gerencialistas de gestão pública (Chauí, 2003; Mancebo, Maués & Chaves, 2018; Marginson, 2016).

Nesse contexto, o trabalho docente sofre um processo de reconfiguração que combina aumento das demandas, controle permanente por indicadores de desempenho e responsabilização individual pelos resultados institucionais.

Ao aprofundar essa discussão, compreende-se que a intensificação do trabalho docente não é um fenômeno isolado, mas resultado de determinações sócio-históricas que reconfiguram as condições e relações de trabalho na contemporaneidade. Conforme Iamamoto (2007, p. 214):

A condição assalariada de inserção profissional no efetivo exercício, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato.

A universidade pública, historicamente orientada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, vem sendo tensionada por uma racionalidade que privilegia o produtivismo acadêmico, a racionalização de recursos e a mercantilização do conhecimento. Conforme assinala Sguissardi (2015), o produtivismo não se restringe ao aumento quantitativo da produção científica, mas opera como mecanismo de regulação do trabalho docente,



subordinando o tempo acadêmico às exigências de avaliação externa e redefinindo prioridades institucionais. Tal dinâmica compromete a autonomia universitária e fragiliza o sentido público da educação superior.

Nesse cenário, o trabalho docente é reconfigurado por meio da ampliação de demandas, da sobreposição de funções e da responsabilização individual pelos resultados institucionais. Como destaca Dal Rosso (2008), a intensificação do trabalho não se expressa apenas na ampliação da carga horária formal, mas sobretudo na expansão de tarefas invisibilizadas e realizadas para além do tempo oficialmente reconhecido. No âmbito da docência universitária, isso implica jornadas extensas e fragmentadas, que articulam ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e orientação.

Parte-se do entendimento de que a docência universitária, assim como as demais inserções profissionais do/a assistente social, configura-se como trabalho assalariado e encontra-se subordinada às determinações históricas e estruturais do modo de produção capitalista, mediadas por particularidades institucionais do setor público (Antunes, 2009).

É nesse contexto que se insere a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, reconhecida como atribuição privativa do/a assistente social é concebida como mediação pedagógica fundamental à formação profissional. De acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e a Política Nacional de Estágio (2010), o estágio supervisionado constitui momento central do processo formativo, possibilitando ao/à estudante apreender criticamente a realidade social e desenvolver competências profissionais. A supervisão acadêmica, conforme Lewgoy (2010) e Iamamoto (2007), não pode ser reduzida à atividade técnico-administrativa, pois se trata de espaço de articulação teórico-prática, exigindo planejamento, acompanhamento sistemático e condições institucionais adequadas.

Entretanto, a realização da supervisão acadêmica ocorre sob condições cada vez mais adversas, marcadas pela intensificação do trabalho docente, ampliação das atribuições institucionais e fragilização das condições de trabalho. Essas determinações expressam as contradições do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo e produzem impactos diretos no processo formativo dos/as estudantes, tensionando a qualidade da formação profissional.

Ao situar a supervisão acadêmica no contexto mais amplo das transformações do trabalho docente e das políticas de educação superior, buscamos contribuir para o debate crítico sobre formação profissional, condições de trabalho e os desafios contemporâneos que atravessam a supervisão de estágio em Serviço Social, reafirmando sua particularidade na defesa de uma formação ética, crítica e socialmente referenciada.



1.2. Rebatimentos das condições de trabalho na organização da supervisão acadêmica

Os dados da pesquisa revelam, inicialmente, um corpo docente altamente qualificado. Entre os/as 28 participantes, 100% possuem graduação em Serviço Social e 78% são doutores/as, evidenciando predominância de titulação *stricto sensu*. Esse perfil expressa inserção consolidada na divisão sociotécnica do trabalho universitário e investimento prolongado na formação acadêmica, requisito central para atuação nas universidades públicas estaduais. Contudo, a elevada qualificação não se converte automaticamente em melhores condições objetivas de trabalho. Ao contrário, articula-se a um processo de intensificação e produtivismo que amplia responsabilidades e pressões institucionais.

Ao relacionar esses dados ao tempo de experiência na docência, observa-se a presença expressiva de docentes com trajetória profissional consolidada. Entre os/as participantes, 01 (um/a) declarou possuir entre 20 e 25 anos de atuação, 05 (cinco) afirmaram ter 25 anos de experiência, e 08 (oito) indicaram trajetórias entre 15 e 20 anos. Além disso, 05 (cinco) docentes relataram possuir entre 10 e 15 anos de docência, 04 (quatro) entre 5 e 10 anos, 02 (dois) entre 2 e 5 anos, e 02 (dois) até dois anos de experiência e mais da metade dos respondentes tem mais de dez anos de experiência na função de supervisor/a acadêmico/a.

No que se refere à jornada de trabalho, 20 docentes (71,4%) afirmam ultrapassar as 40 horas contratuais semanais, e 71% exercem outra atividade profissional além da docência universitária. Esses dados evidenciam que a jornada formal não expressa a totalidade do tempo real de trabalho. Na perspectiva marxista, a intensificação corresponde ao aumento do dispêndio de força de trabalho em determinado intervalo temporal, ampliando produtividade e desgaste independentemente da extensão formal da jornada. Ainda que a docência não produza mercadorias diretamente, integra a dinâmica de reprodução ampliada do capital ao formar força de trabalho qualificada e produzir conhecimento socialmente apropriável.

A extrapolação recorrente das 40 horas e a sobreposição de vínculos indicam, portanto, a dilatação da jornada real e a fragmentação do tempo de trabalho, configurando processo de subsunção do trabalho intelectual às exigências institucionais contemporâneas. A elevada titulação, nesse contexto, tende a converter-se em mecanismo de ampliação da cobrança por desempenho, internalizando parâmetros de excelência e produtividade.

A intensificação manifesta-se também na dimensão subjetiva do trabalho. Como analisa Sadi Dal Rosso (2008), o fenômeno contemporâneo não se restringe ao aumento quantitativo de tarefas, mas envolve elevação da complexidade, da responsabilidade e da densidade do dispêndio energético e cognitivo. Essa dimensão aparece nos depoimentos das docentes. Ao problematizar a supervisão acadêmica, a Entrevistada A (2024) questiona: “O quanto a gente



se sente sobrecarregada com a supervisão?”. Em outro momento, afirma: “Eu sinto falta de conteúdos para lidar com as situações trazidas. Eu não me sinto capaz de responder [...] isso me angustia”.

Tais relatos revelam que a intensificação incide também sobre a subjetividade, produzindo sofrimento decorrente da tensão entre compromisso ético-profissional e limites estruturais. A responsabilização individual por insuficiências que são institucionais evidencia a forma contemporânea de gestão do trabalho, que desloca para o sujeito o peso de determinações estruturais.

No que se refere à carga horária destinada à supervisão, observa-se descompasso entre previsão formal e materialidade concreta. Em alguns cursos, prevê-se a distribuição de cinco horas dentro do regime de 40 horas. Entretanto, como afirma a Entrevistada A (2024): “A carga horária de 5 horas dentro das 40 é razoavelmente boa. Entretanto, na prática isso não tem como se materializar, porque nós temos as atividades de aulas, TCC, pesquisa etc.”. Uma docente relata conseguir efetivar apenas uma hora e meia semanal de supervisão.

Embora o dado quantitativo indique previsão institucional, o tempo efetivamente realizado é comprimido pelas múltiplas demandas acadêmicas. Essa contradição pode ser analisada à luz da distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato: o trabalho concreto da supervisão envolve mediações complexas — articulação teoria-prática, análise das expressões da questão social, acompanhamento sistemático e reflexão ético-política. Entretanto, sob a racionalidade institucional, essa atividade é reduzida a quantitativo de horas, convertendo-se em unidade mensurável e administrável. O tempo pedagógico necessário à elaboração crítica é subordinado à lógica da eficiência.

No grupo focal, os modelos organizativos variam: uma hora por aluno; duas horas-aula semanais de supervisão coletiva; trinta minutos por estagiário, muitas vezes reorganizados em encontros quinzenais. Embora a média geral seja de três estagiários/as por supervisor/a, os dados revelam variação entre 0 e 14 estudantes. A Entrevistada C (2024) explicita essa desigualdade:

No mapa de aula, cada professor tem uma hora para cada dois alunos. Eu tenho quatro alunos esse semestre, tenho duas horas. O que eu vejo é que tem uma grande concentração de alunos para poucos professores. Muitos professores não fazem a supervisão de estágio por não terem carga horária [...] Todo mundo fica bem sobrecarregado.

A aparente viabilidade numérica — média de três estudantes — dissolve-se quando considerada a variação até 14 supervisionados/as e a coexistência de múltiplas demandas institucionais. A distribuição desigual do trabalho evidencia hierarquizações internas na divisão sociotécnica do trabalho acadêmico, na medida em que, segundo os depoimentos, docentes



envolvidos com pós-graduação, residências técnicas e cargos de Chefia frequentemente não assumem supervisão, concentrando a atividade em parcela específica do corpo docente.

A precarização das condições materiais também emerge como dimensão estruturante. A ausência de espaços adequados compromete o sigilo profissional e a qualidade do acompanhamento. Como relata a Entrevistada A (2024): “Dou supervisão num espaço onde a todo momento fico olhando de um lado ou do outro para saber se há possibilidade de alguém estar ouvindo”. A insuficiência infraestrutural revela que a racionalização de recursos incide diretamente sobre as condições éticas do trabalho pedagógico, tensionando princípios fundamentais da profissão.

A precarização dos vínculos aprofunda esse quadro. Quase metade dos/as supervisores/as atua sob contratos temporários (PSS), o que fragiliza a continuidade da supervisão acadêmica, que pressupõe acompanhamento processual ao longo do estágio. Como registrado no questionário: “A sobrecarga de trabalho e os contratos temporários dificultam um acompanhamento com mais qualidade”.

A instabilidade contratual compromete a longitudinalidade do processo formativo e deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de substituição de quadros efetivos por temporários.

A precariedade do vínculo ultrapassa a dimensão trabalhista e incide diretamente na qualidade do processo formativo. A instabilidade contratual, a incerteza de renovação e a fragmentação da carga horária dificultam a construção de processos contínuos, reflexivos e críticos na condução da supervisão acadêmica. A ausência de plano de carreira, a circulação por múltiplas instituições e a insegurança quanto à continuidade contratual configuram formas de fragilização objetiva que incidem diretamente sobre a qualidade da formação.

No que se refere à organização da supervisão, 78,6% dos/as docentes realizam supervisão individual e 57,1% supervisão grupal, sendo frequente a combinação de ambas. As estratégias adotadas — leitura orientada, análise de diários de campo, elaboração de documentos e visitas aos campos de estágio — evidenciam esforço significativo para preservar a densidade formativa. Contudo, a heterogeneidade institucional quanto ao reconhecimento da supervisão como disciplina estruturada revela fragilidade político-curricular, situando-a, em alguns casos, como atividade complementar e não como eixo estruturante da formação.

Em síntese, os dados quantitativos — 78% de doutores/as; 71,4% com jornada superior a 40 horas; 71% com outra inserção profissional; variação de 0 a 14 estagiários/as; quase metade sob vínculo temporário — articulam-se aos depoimentos que expressam sobrecarga, angústia e limitação material. Essa combinação evidencia que a intensificação do trabalho docente e a precarização das condições de exercício configuram mediações concretas da subsunção do trabalho intelectual às exigências contemporâneas de racionalização e



produtivismo.

A supervisão acadêmica, enquanto espaço estratégico de mediação entre formação e exercício profissional, encontra-se tensionada por essas determinações estruturais. Quando o tempo pedagógico é comprimido, o vínculo é instável e as condições materiais são precárias, fragiliza-se não apenas a operacionalização da atividade, mas a própria direção social da formação profissional no Serviço Social.

CONCLUSÃO

A análise dos dados desta pesquisa evidencia que a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, nas Instituições de Ensino Superior públicas estaduais do Paraná investigadas, realiza-se em um cenário permeado por múltiplas tensões que atravessam o trabalho docente na contemporaneidade. Embora reconhecida como dimensão estruturante da formação profissional — por demandar tempo, continuidade, acompanhamento sistemático e mediação entre teoria e prática — sua materialização ocorre sob condições objetivas que limitam esse potencial formativo. Configura-se, assim, uma contradição entre a centralidade atribuída à supervisão acadêmica no plano normativo e pedagógico e as condições concretas efetivamente oferecidas para sua realização.

A instabilidade dos vínculos e a elevada rotatividade docente produzem efeitos diretos sobre a qualidade do processo formativo. A supervisão pressupõe acompanhamento longitudinal e construção de vínculo pedagógico ao longo do percurso do/a estudante; contudo, quando não há garantia de permanência do/a docente, fragiliza-se a continuidade necessária à consolidação de um processo crítico e articulado entre formação teórica e experiência no campo de estágio. A dinâmica contratual, nesse sentido, não constitui aspecto meramente administrativo, mas incide diretamente sobre a densidade da formação profissional.

Observou-se, ainda, diversidade na forma de inserção da supervisão acadêmica nas matrizes curriculares das instituições investigadas. Em algumas realidades, a atividade encontra-se formalmente prevista na grade horária; em outras, depende de ajustes e rearranjos que a deslocam para horários alternativos ou soluções informais. Essa heterogeneidade evidencia que a supervisão não ocupa, de modo homogêneo, um lugar estruturado na organização acadêmica, o que compromete sua regularidade, visibilidade institucional e reconhecimento como componente curricular obrigatório. A predominância de encontros individuais, frequentemente combinados com atividades coletivas, revela esforços docentes para assegurar acompanhamento qualificado, ainda que sob restrições de tempo, infraestrutura e distribuição desigual de estudantes.

Ao situar esses achados no contexto mais amplo das transformações que incidem sobre a



universidade pública, compreende-se que as dificuldades identificadas não decorrem de decisões individuais ou especificidades isoladas das instituições analisadas. Elas expressam determinações estruturais vinculadas à reconfiguração do trabalho acadêmico, marcada por racionalização de recursos, ampliação de contratos flexíveis, intensificação do trabalho e incorporação de lógicas gerencialistas. Nesse cenário, a supervisão acadêmica é tensionada por exigências que comprimem o tempo pedagógico e fragmentam o trabalho docente, podendo reduzir seu potencial crítico e pedagógico e deslocá-la de espaço privilegiado de mediação teórico-prática para atividade condicionada por limites institucionais e produtivistas.

Desse modo, a defesa de uma formação em Serviço Social exige mais do que o reconhecimento formal da importância do estágio supervisionado. Requer a garantia de condições institucionais objetivas que viabilizem sua efetivação: estabilidade dos vínculos docentes, tempo pedagógico adequado, distribuição equitativa de estudantes, infraestrutura que assegure sigilo e qualidade do acompanhamento e inserção estruturada da supervisão acadêmica na organização curricular. Sem essas condições, corre-se o risco de esvaziamento progressivo de sua função formativa e crítica.

Por fim, os resultados desta pesquisa contribuem para o aprofundamento do debate acerca da formação profissional e do trabalho docente na educação superior pública. Ao evidenciar a relação indissociável entre organização do trabalho universitário e qualidade do estágio supervisionado e da supervisão acadêmica, o estudo reafirma que a supervisão não pode ser analisada de forma isolada, mas como mediação concreta das condições históricas que conformam a universidade contemporânea. Assim, reafirma-se a necessidade de produção contínua de conhecimento e de mobilização coletiva em defesa da universidade pública, da valorização do trabalho docente e de condições que assegurem a direção social crítica da formação em Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.



CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5–15, 2003.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses Cabral; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 879–897, 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 867–888, 2015.